

A Declaração de Manhattan

Correio da AESE

A Declaração de Manhattan denuncia o uso de medidas antidiscriminação para impor os critérios do Estado às organizações religiosas de assistência.

Perante as tentativas de intimidação de alguns grupos, 152 líderes religiosos de três confissões cristãs dos EUA (ortodoxos, católicos e evangélicos) assinaram a Declaração de Manhattan. Trata-se de um chamamento aos cristãos para que não abdicuem das suas convicções nos debates públicos sobre a vida, o casamento, a liberdade religiosa e a objecção de consciência.

A origem do manifesto encontra-se na polémica que suscitou a reforma de saúde de Barack Obama, onde o financiamento do aborto se converteu num tema conflituoso. A Conferência Episcopal norte-americana fez campanha a favor da emenda impulsionada pelo congressista democrata Robert Stupak, que excluía o financiamento federal ao aborto no seguro público e nos seguros privados com subsídio de dinheiro público.

A emenda foi aprovada na Câmara dos Representantes, por uma maioria de 240 contra 194. Apesar do amplo apoio que recebeu nas fileiras dos dois partidos (com 176 republicanos e 64 democratas a favor), alguns analistas qualificaram de ingerência a intervenção dos bispos.

Neste contexto, vários bispos católicos dos Estados Unidos não tiveram dúvidas em aderir à Declaração de Manhattan, que defende a liberdade de expressão de todos os cristãos. Os subscritores apresentam-se como «cristãos que nos unimos acima das nossas diferenças históricas, para reafirmar o nosso direito - e, o que é mais importante, a nossa obrigação - de falar e actuar em defesa destas verdades».

O manifesto proclama como «verdades inegociáveis» - não só como convicções dos crentes - a sacralidade da vida humana, a dignidade do casamento, que consagra a união conjugal entre homem e mulher, e os direitos de consciência e de liberdade religiosa.

A Declaração denuncia a cegueira do governo para com a mudança de opinião que aconteceu sobre o aborto na sociedade norte-americana: «Apesar de a opinião pública estar a deslocar-se para uma posição favorável pró-vida, observamos com tristeza que a ideologia abortista prevalece no nosso governo.»

Perante o auge de alguns fenómenos sociais como a união de facto, o divórcio ou as tentativas de legalizar os casamentos homossexuais, o manifesto recorda que, «quando o casamento sofre erosão, surgem as patologias sociais. (...) O impulso de redefinir o casamento é um sintoma, mais do que a causa, da erosão da cultura do casamento».

Adverte igualmente para o perigo de substituir a riqueza dessa cultura pela «falsa e destrutiva crença de que o casamento é apenas uma aventura sentimental ou uma satisfação para adultos».

O manifesto denuncia duas ameaças actuais à liberdade religiosa. Por um lado, as tentativas legislativas de eliminar a objecção de consciência nas profissões de saúde. Por outro, o uso de medidas anti-discriminatórias para impor os critérios do Estado às organizações religiosas que desenvolvam actividades de utilidade social, através de hospitais, escolas ou agências de adopção.

A mensagem final é clara: «Não daremos o nosso consentimento a nenhuma lei que nos obrigue ou às instituições que dirigimos a praticar abortos, fazer investigações com embriões humanos, participar em suicídios assistidos ou na eutanásia, ou qualquer outro acto que viole o princípio da profunda, inerente e igual dignidade de todos e cada um dos membros da família humana.»

«Comprometemo-nos perante nós e perante os outros crentes a não nos deixarmos intimidar por nenhum poder terreno, seja político ou cultural (...). Com muito gosto, daremos a César o que é de César. Mas sob nenhuma circunstância daremos a César o que é de Deus.»

O manifesto foi publicado na Internet no passado dia 20 de Novembro. Ao fim de duas semanas tinham aderido mais de 240 000 subscritores. Entre os mais conhecidos figuram: James Dobson, presidente e fundador da *Focus on the Family*; Leith Anderson, presidente da *National Association of Evangelicals*; Timothy George, editor da revista *Christianity Today*; Tony Perkins, presidente do *Family Research Council*; e Robert Sirico, fundador do *Acton Institute*.

J. M. V.